



INFORMATIVO 13/2015

ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS COM RADIAÇÕES IONIZANTES OU SUBSTÂNCIAS RADIOATIVAS:

MTE DIVULGA NOTA EXPLICATIVA

Portaria MTE nº 595, de 7 de maio de 2015 – DOU de 08/05/2015

O Ministério do Trabalho e Emprego publicou, no DOU de 8 de maio de 2015, a Portaria MTE nº 595, que inclui Nota Explicativa no Quadro Anexo à Portaria 518/2003, que dispõe sobre as atividades e operações perigosas com radiações ionizantes ou substâncias radioativas.

De acordo com a Nota Explicativa, não são consideradas perigosas as atividades desenvolvidas em locais que utilizam equipamentos móveis de Raios X para diagnóstico médico, bem como as áreas de emergências, centro de tratamento intensivo, sala de recuperação e leitos de internação não são classificadas como salas de irradiação em razão do uso do equipamento móvel de Raios X.

A Portaria MTE nº 595 entrou em vigor na data de sua publicação.

NR 18: NOVAS ALTERAÇÕES NO ITEM 18.14 (MOVIMENTAÇÃO E TRANSPORTE DE MATERIAIS E PESSOAS)

Portaria MTE nº 597, de 7 de maio de 2015 – DOU de 08/05/2015

Através da Portaria MTE nº 597, de 7 de maio de 2015, publicada no DOU de 8 de maio de 2015, foi alterada a Norma Regulamentadora nº 18 (NR18) - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção, especificamente o item 18.14, que dispõe sobre movimentação e transporte de materiais e pessoas.

De acordo com a determinação do item 18.14.1.2 da NR-18, os elevadores de transporte vertical de material ou de pessoas devem atender às normas técnicas vigentes no país e, na sua falta, às normas técnicas internacionais vigentes.

Em relação aos elevadores tracionados com um único cabo para transporte exclusivo de material, a nova alteração não se aplica, na medida em que estes devem ser projetados, dimensionados e especificados tecnicamente por profissional legalmente habilitado.

Em relação às torres do elevador de material e do elevador de passageiros, o item 18.14.21.16 regula que estas devem ser equipadas com dispositivo de segurança que impeça a abertura da barreira (cancela), quando o elevador não estiver no nível do pavimento. Contudo, de acordo com as novas alterações, a referida exigência não se aplica:

a) aos elevadores tracionados com um único cabo para transporte exclusivo de material, instalados até 10/05/2015;

b) até o dia 31/12/2015, aos elevadores do tipo cremalheira instalados até 10/05/2015.

No que se refere aos elevadores de materiais tracionados a cabo, estes devem dispor, obrigatoriamente:

a) *sistema de frenagem automática;*

b) *sistema de segurança eletromecânica monitorado através de interface de segurança no limite superior, instalado a dois metros abaixo da viga superior da torre do elevador;*

c) *sistema de trava de segurança para mantê-lo parado em altura, além do freio do motor;*

d) *intertravamento das proteções com o sistema elétrico, através de chaves de segurança com ruptura positiva, que garantam que só se movimentem quando as portas, painéis e cancelas estiverem fechadas;*

e) *sistema que impeça a movimentação do equipamento quando a carga ultrapassar a capacidade permitida.*

f) sistema que permita a visualização do interior da cabina pelo operador (nova alteração, inserida pela Portaria MTE 597/2015)

O disposto nos itens “b”, “d” e “e” não se aplica aos elevadores tracionados com um único cabo para transporte exclusivo de materiais, instalados até 10/05/2015. Entretanto, estes elevadores deverão dispor de sistema de segurança eletromecânico, instalado a dois metros abaixo da viga superior da torre do elevador, bem como de interruptor de corrente para que só se movimente com portas ou painéis fechados.

Algumas proibições trazidas pela Portaria MTE nº 597/15:

a) é proibida a instalação de elevadores tracionados com um único cabo para transporte exclusivo de materiais em edificações com mais de treze pavimentos a partir do térreo ou altura equivalente, a partir de 10/05/2015;

b) é proibida a instalação de elevadores tracionados com um único cabo para transporte exclusivo de materiais em edificações, a partir de 10/05/2017.

Podem ser utilizados até o término da edificação:

a) os elevadores tracionados com um único cabo para transporte exclusivo de materiais, sem limitação de altura, desde que tenham sido instalados até 10/05/2015;

b) os elevadores tracionados com um único cabo para transporte exclusivo de materiais, desde que tenham sido instalados até 10/05/2017, para edificações com até 13 pavimentos a partir do térreo ou altura equivalente.

Ainda em relação aos elevadores tracionados com um único cabo para transporte exclusivo de materiais, a Portaria determina que devem ser encaminhados ao Sindicato profissional da categoria cópias do Termo de Entrega Técnica e da Anotação de Responsabilidade Técnica do profissional legalmente habilitado dos equipamentos instalados. No caso dos equipamentos instalados até 10 de maio de 2015, o prazo é de 30 dias após a publicação desta Portaria. Já no caso dos equipamentos instalados após 10 de maio de 2015, o prazo é de 10 dias após a sua instalação.

Além disso, durante a utilização do equipamento, deverão ser encaminhados ao sindicato representativo da categoria profissional, no prazo de até 10 dias da conclusão do serviço ou da capacitação dos trabalhadores, cópias do Termo de Entrega Técnica das manutenções (item 18.14.1.7 da NR-18), relação dos operadores e comprovante das capacitações para operação do equipamento e laudos de ensaios não destrutivos dos eixos de saída do redutor e do carretel, bem como laudo do teste dos freios de emergência.

A mencionada Portaria prorroga a data de início da vigência do item 18.14.25.4 da NR-18, que trata dos itens de segurança dos elevadores de carga e passageiros (Portaria MTE nº 224/11), em relação aos elevadores instalados até o dia 10/05/2015, para o dia 01/01/2016.

A Portaria MTE nº 597/15 entra em vigor na data de sua publicação, exceto em relação ao disposto:

a) na alínea "f" do item 18.14.22.4 - que regula sobre a obrigatoriedade de os elevadores de materiais tracionados a cabo disporem de Sistema que permita a visualização do interior da cabina pelo operador -, que entrará em vigor em 90 dias;

b) no item 18.14.23.8 - que estabelece a obrigatoriedade de os elevadores para transporte de passageiros terem cabinas dotadas de sistema de indicação de chamada informando o pavimento -, cuja vigência será no prazo de 180 dias.